



Federação Nacional dos Professores

ABAIXO-ASSINADO / PETIÇÃO

Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira

Relativamente a aspetos de carreira, os docentes portugueses têm sido alvos preferenciais das políticas ditas de austeridade, sendo vítimas de quase todas as medidas negativas impostas ao país: são dos grupos profissionais mais afetados pelo desemprego; a precariedade atinge níveis muito acima da média nacional; a generalidade tem, desde 2011, o salário reduzido; os horários de trabalho tornaram-se impraticáveis; a aposentação sujeita-se a critérios que ignoram o elevado desgaste provocado pelo seu exercício profissional.

Como a FENPROF afirmou no seu 12.º Congresso, *recompor toda a arquitetura de suporte ao quotidiano profissional docente é uma urgência para o relançamento da qualidade do que se ensina e aprende nas nossas escolas*, pelo que deverá ser prioridade para o poder político. Nesse sentido, os docentes subscrevem este abaixo-assinado dirigido ao Governo que é, simultaneamente, Petição a entregar na Assembleia da República, manifestando as seguintes posições que são, não apenas necessidades, mas exigências:

- Aprovação de um **plano de combate à precariedade** que, entre outras medidas (abertura de lugares de quadro de acordo com reais necessidades das escolas, redução das áreas dos QZP, fim dos falsos recibos verdes, aprovação de um CCT para o ensino particular e cooperativo), passe pela substituição da injusta “norma-travão” prevista no regime de concursos, por outra que garanta a vinculação dos docentes com 3 ou mais anos de serviço;

- **Descongelamento das progressões na carreira** estabelecida pelo ECD e contagem de todo o tempo de serviço cumprido, mas retirado aos docentes;

- **Reorganização do horário de trabalho dos docentes**, com a clarificação do que é letivo (toda a atividade desenvolvida diretamente com os alunos) e do que deverá integrar a componente não letiva de estabelecimento, bem como a aprovação de um regime de reduções por antiguidade que, efetivamente, compense o desgaste provocado pelo exercício da profissão;

- Aprovação de um **regime excecional de aposentação dos docentes** que preveja, desde já, a saída sem qualquer penalização de quem já completou a carreira contributiva (40 anos de serviço), que evolua para os 36 anos e admita situações especiais decorrentes de condições particulares de exercício profissional.

NOME	LOCALIDADE (Residência)	BI/CC

